

GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

**PROJETO SALVAGUARDANDO O ACESSO AOS RECURSOS FISCAIS E
EDUCATIVOS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (SAFER)**

P506269

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS
(PEPI)**

JULHO/2024

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	4
2.1 Localização.....	4
2.2 Componentes do Projeto.....	4
2.3 Objetivo do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).....	5
3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	5
3.1. Metodologia	5
3.2. Partes Afetadas	6
3.3 Outras Partes Interessadas	7
3.4 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis	7
4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	8
4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto .	8
4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto, métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas	10
4.3. Plano de engajamento das partes interessadas	11
4.4. Estratégia proposta para incorporar os pontos de vista dos grupos vulneráveis	14
4.5. Feedback às Partes Interessadas	14
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	15
5.1. Recursos.....	15
5.2. Funções e responsabilidades de gestão	15
6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	16
6.1. Descrição do Mecanismo de Gestão de Reclamações	16
7. MONITORIA E RELATÓRIOS	19
7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada	19
7.2. Reportando-se aos grupos de partes interessadas	19
ANEXO I: Resumo das contribuições/questões da consulta pública	21
ANEXO II: FORMULÁRIO DE REGISTO DE QUEIXAS/RECLAMAÇÕES	23

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Componentes do projeto	4
Tabela 2: Partes afectadas.....	6
Tabela 3: Partes Afectadas e Outras Partes Interessadas	7
Tabela 4: Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis	7
Tabela 5: Descrição das atividades para o envolvimento das partes interessadas	8
Tabela 6: Métodos de Envolvimento	10
Tabela 7: Estratégia para consulta das Partes Interessadas.....	12
Tabela 8: Grupos vulneráveis	14
Tabela 9: Quadro orçamental para implementação do PEPI	15
Tabela 10: Responsabilidade na aplicação dos Passos	17
Tabela 11: Indicadores de monitorização das actividades.....	19

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AFAP	Agência Fiduciária de Apoio ao Projecto
AS	Assédio Sexual
BM	Banco Mundial
CdC	Código de conduta
EAS	Exploração e Abuso Sexual
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
MECC	Ministério da Educação, Cultura e Ciências
MIRN	Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais
MRR	Mecanismo de Resolução de Reclamações
PEPI	Plano de Envolvimento de Partes Interessadas
PI	Partes Interessadas
QAS	Quadro Ambiental e Social
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFER	Projeto Salvaguarda do Acesso aos Recursos Fiscais e Educativos
STP	São Tomé e Príncipe
VBG	Violência Baseada no Género
UCP	Unidade de Coordenação do Projeto

1. INTRODUÇÃO

São Tomé e Príncipe (STP) é um pequeno país insular de rendimento médio-baixo em que a desigualdade entre géneros tem condicionado bons resultados no processo de desenvolvimento humano. Deste modo, nos últimos anos, o país, através do Ministério de Educação Cultura e Ciência (MECC), tem investido na elaboração de políticas públicas baseadas em evidências e voltadas à qualidade, eficiência, equidade e inclusão no sistema educativo a todos os níveis, sobretudo, voltadas para a melhoria do sistema estatístico, à redução da vulnerabilidade e para o reforço da capacidade humana.

Para enfrentar esses desafios e alavancar essas oportunidades, o Banco Mundial está a trabalhar com o Governo de STP na preparação do projecto *Salvaguarda do Acesso aos Recursos Fiscais e Educativos (SAFER) em São Tomé e Príncipe (STP)* tem objetivo de prestar apoio de emergência para os serviços essenciais no sector de educação pública em razão da crise fiscal em curso. O projeto salvaguardará as despesas do sector da educação, apoiando simultaneamente a execução de actividades críticas no sector da energia que reduzirão o impacto orçamental do sector.

2. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

2.1 Localização

O projeto terá uma cobertura geográfica que abrange todo o país, ou seja, os seis distritos da Ilha de S. Tomé (Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi) e a Região Autónoma do Príncipe (RAP).

2.2 Componentes do Projeto

Tabela 1: Componentes do projeto

Componente	Descrição
Componente 1. <i>Financiamento de emergência para permitir a continuação do acesso a um ensino de qualidade:</i> Subcomponente 1.1 Pagamento de salário do pessoal do sector da educação; Subcomponente 1.2 Despesas com manutenção dos transportes escolares.	Esta componente contribuirá para financiar as despesas recorrentes e específicas, incluindo os salários do pessoal do sector da educação. As despesas correntes do setor de educação serão financiadas para garantir o cumprimento, sem interrupção do calendário escolar de 2024/2025.
Componente 2. Assistência técnica para apoiar o programa de estabilização fiscal do governo no setor energético.	Esta componente apoiará o compromisso do governo para melhorar a sustentabilidade do sector da energia e diminuir o seu impacto negativo no programa fiscal e macroeconómico do país.
Componente 3. Gestão do projeto	Esta componente financiará os custos de funcionamento da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) no âmbito da Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP), incluindo o acompanhamento e a avaliação, as auditorias do

	<p>projeto, a gestão dos riscos ambientais e sociais e outros custos operacionais necessários para a execução do projeto. A componente cobrirá também os custos de desenvolvimento de uma campanha de sensibilização dedicada aos riscos de EAS/AS ao nível das escolas, incluindo o apoio à assinatura do CdC a todos funcionários afetos ao MECC, técnicos envolvidos na manutenção dos autocarros e hiaces escolares e a operacionalização do MRR sensível aos casos de EAS/AS em todas as escolas.</p>
--	--

O projeto Salvaguarda do Acesso aos Recursos Fiscais e Educativos (SAFER) está sendo preparado no âmbito do Quadro Social e Ambiental (QAS) do Banco Mundial. De acordo com a Norma Ambiental e Social ESS10 sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações, as agências implementadoras devem fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

2.3 Objetivo do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

O objetivo geral deste PEPI é definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, inclusão e divulgação da informação e operacionalizar consulta públicas ao longo de todo o ciclo do projeto. O presente PEPI descreve as formas como a equipa do projeto irá comunicar com as partes interessadas e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem manifestar preocupações, fornecer feedback ou apresentar reclamações sobre as atividades do projeto ou relacionadas com ele.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

São consideradas partes interessadas, os indivíduos, grupos e entidades que podem não sofrer impactos diretos do projeto, mas que consideram ou percebem seus interesses como afetados pelo projeto, ou aqueles que poderiam afetar a sua implementação.

3.1. Metodologia

A fim de cumprir as abordagens das melhores práticas, o projeto aplicará os seguintes procedimentos para identificar e para envolver as partes interessadas:

- **Apresentação do ciclo de vida e as abordagens do Projeto:** serão realizadas apresentações das componentes, do Mecanismo para Resolução das Reclamações, a descrição dos riscos ambientais e sociais, campanha de sensibilização dedicada aos riscos de EAS/AS ao nível das escolas, consultas públicas durante todo o ciclo de vida do projeto. As consultas e as campanhas de informação e sensibilização devem ser realizadas de forma aberta, sem interferência, coerção ou intimidação. Onde todos os participantes têm acesso a palavra sem discriminação.
- **Envolvimento participativo por partes dos diferentes stakeholders e feedback:** As informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades são fornecidas

para comunicar o feedback das partes interessadas e para analisar e abordar seus comentários e as suas preocupações.

- **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é efetuada para apoiar uma melhor comunicação e estabelecer relações eficazes. O processo de participação nos Projetos é inclusivo. Todas as partes interessadas são sempre incentivadas a participar no processo de consultas e têm igual acesso à informação. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção dos métodos de participação. É dada especial atenção aos grupos vulneráveis que podem correr o risco de não beneficiar do Projeto, nomeadamente, as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência, e os membros das comunidades com menos recursos económicos.
- **Formas de melhor atingir os diferentes grupos:** a metodologia deve adaptar-se a diferentes formas de participação, incluindo várias formas de comunicação por internet, telefone, língua local, intérpretes de linguagem gestual, etc.

3.2. Partes afectadas

Constituem as partes afectadas pelo SAFER, todo o universo de funcionários do Ministério da Educação Cultura e Ciências da ilha de São Tomé que beneficiarão com o pagamento de salários, os técnicos afetos a Direção da Administração Escolar envolvidos na manutenção dos autocarros e hiaces escolares, assim como, os técnicos a EMAE que estão diretamente envolvidos na melhoria da sustentabilidade do sector da energético em São Tomé e Príncipe. De modo específico as partes afetadas do SAFER se encontram na tabela abaixo:

Tabela 2: Partes afectadas

Componente	Partes Afectadas
Componente 1. Financiamento de emergência para permitir a continuação do acesso a um ensino de qualidade.	
<u>Subcomponente 1.1</u> – Pagamento dos salários do pessoal do sector da educação em STP	Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECC), Direção da Administração Escolar (DAE), Ministério do Planeamento e Finanças, Direção de Tesouro, todas direções afetas ao MECC
<u>Subcomponente 1.2</u> – Despesas com manutenção dos transportes escolares.	Ministério da Educação Cultura e Ciência (MECC), Direção da Administração Escolar (DAE) envolvidos na manutenção dos autocarros e hiaces escolares.
Componente 2. Assistência técnica para apoiar o programa de estabilização fiscal do governo no setor energético	Ministério do Planeamento e Finanças, Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais (MIRN), Empresa de Água Eletrecidade (EMAE).
Componente 3. Gestão do projeto	AFAP, UGP.

3.3 Outras Partes Interessadas

No quadro a seguir apresentamos outras partes interessadas do projecto.

Tabela 3: Partes Afetadas e Outras Partes Interessadas

Partes afectadas pela implementação do Projeto	Outras partes interessadas que poderão influenciar na implementação do projeto
<ul style="list-style-type: none"> • Direção da Educação Básica; • Direção da Educação Pré-Escolar; • Direção da Educação Escolar; • Direções Centrais do MECC - Gabinete da Ministra, Direcção Administrativa e Financeira, Direcção Geral do Plan Inov. Educativa, DEB, DAE, PNASE, D. Ensino Secundário, D. Ensino Secundário, Biblioteca Nac (Ar. Hist, Casas Cul, Museu), Inspeção Geral da Educação, D.En.Superior, DEJA, Pré-escolar. • Sindicato dos professores. • Agência Fiduciária de Administração de Projetos (AFAP); • Empresa de Água e Eletrecidade (EMAE); • Governo Regional • Comunidade escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Associações de pais e sindicatos; • Organizações Não-Governamentais; • Organizações da Sociedade Civil e Entidades Religiosas; • Grupos vulneráveis (raparigas, rapazes e adolescentes com deficiência); • Banco Mundial; • Meios de Comunicação; • Câmaras Distritais

3.4 Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

No decorrer da implementação do projeto será identificados e categorizado os grupos vulneráveis afetados para que as suas limitações sejam mapeadas e sejam adoptadas medidas adequadas para garantir que terão oportunidades iguais para expor as suas preocupações e opiniões relativamente aos aspectos do Projeto cobertos pelas suas atividades. Nesta fase inicial, identificamos de modo abrangente, grupos vulneráveis que possivelmente poderão ser afetados pelas ações a serem implementadas no projeto, principalmente, pela Componente 1.

Tabela 4: Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis

Grupos Vulneráveis	Possíveis dificuldades de acesso às informações ou outro benefício do projeto
Professoras, alunas grávidas, pessoas portadoras de necessidades especiais, mães chefe de família	Dificuldades em obter informações relacionadas com o código de conduta Abandono escolar, franco rendimento Dificuldades no acesso ao transporte escolar Discriminação pela condição física / Barreiras na locomoção etc. Discriminação pela orientação sexual, discriminação pelo género Falta de informações relacionadas aos riscos de EAS e AS Não acesso as informações por não estarem adaptadas (por. Exp. Linguagem gestual)
Idosos	Pessoas reformadas que trabalham por contrato nas empresa de EMAE e no MECC, como motoristas de autocarros podem ser discriminadas e desrespeitada.

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto

Dado a natureza emergencial do SAFER, nesta fase de concepção foram realizadas duas reuniões de consulta pública em que participaram **28 pessoas** representantes das partes afetadas, das quais 13 mulheres e 15 homens de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 5: Descrição das atividades para o envolvimento das partes interessadas

Data	Local	Número de Participantes				Principais preocupações/contribuições
		M	F	Total	Instituições	
11/07/2024	Biblioteca Nacional	7	8	15	13 Direções do MECC e 02 Sindicatos	<p>➤ Sobre o Código de Conduta:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Benefícios da assinatura do Código de Conduta - Partilha do Código de Conduta -Qual é estratégia para assinatura do Código de Conduta de modo que não condicione o pagamento do salário? - Deve ser criado uma base de dados para registrar os Códigos de Conduta -O professor que não assinar o Código de Conduta vai ser sancionado? <p>➤ Sobre o projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> - O financiamento vai cobrir todos os funcionários do MECC? - Haverá mais de um salário, um financiado pelo SAFER e outro pelo MECC? -O Projeto assumirá os gastos com consumíveis como impressora para impresso dos testes? - Sugestão sobre a comprar outros autocarros em vez de reparar os velhos - Qual é o valor para manutenção dos autocarros? - Substituir a palavra Kits por consumíveis. -O projeto contempla a compra de materiais escolares -O pagamento vai ser até o final do projeto?
Consulta na Região Autónoma do Príncipe (RAP)						
18/07/2024	Centro de Formação Protásio Pina	8	5	13	10 representantes da Educação e 3 da EMAE	<p>➤ Sobre o projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> -Que tipos de necessidade especiais vão ser atendidas nos autocarros escolares -Os 24 autocarros contemplados pelo projeto incluem os da RAP? -Na identificação das necessidades para formular o projeto o setor da educação da RAP foi ouvida?

						<ul style="list-style-type: none"> -Os assessores que têm cargo político também vão ser pagos? -As ações do projeto de emergência no setor da EMAE estão alinhadas com o projeto de energia em curso? -Quais as áreas vão ser terceirizadas? -A terceirização incidirá somente nos serviços conexos ou também nos setores de produção e comercialização?
--	--	--	--	--	--	--

Os instrumentos ambientais e sociais foram divulgados no site da AFAP (<https://afap.website/index.php/publicacoes>) O feedback recebido durante as consultas consta da Tabela 5. (Veja no Anexo I a informação desenvolvida das Consultas)

4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto, métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas

Tabela 6: Métodos de Envolvimento

Método de envolvimento	Descrição e objectivo	Grupo de stakeholders
Agenda de Trabalho	Esta agenda é preparada com base na componente do projeto sob consulta e no status de sua implementação. O uso de uma agenda focada e estruturada irá garantir que os principais pontos estratégicos e de risco, possam ser discutidos com os decisores e influenciadores, num esforço para mitigar os riscos de forma proativa.	Ministérios envolvidos na preparação e Implementação do projeto
Reuniões	Estas reuniões pretendem procurar os pontos de vista e opiniões das partes interessadas sujeitas a este método. Assim, é possível que as partes interessadas falem livremente sobre as questões mais sensíveis, e assim é possível estabelecer ligações com os intervenientes. Mulheres e meninas serão envolvidas separadamente com facilitadoras para garantir que as suas vozes sejam ouvidas.	Autoridades Tradicionais, Grupos vulneráveis, Ministérios envolvidos na implementação do projeto
Grupos Focais	O objetivo de um grupo focal é reunir as partes interessadas com os mesmos interesses ou características comuns numa reunião, para discutir tópicos específicos. Por exemplo, este método pode ser usado para explorar questões que são relevantes para grupos ou subgrupos específicos de uma comunidade. Pretende-se apresentar informações do projecto a um grupo de partes interessadas, permitir que estas forneçam as suas opiniões e permitir que pequenos grupos de pessoas (mulheres jovens, jovens mães, pessoas com deficiência, e outras pessoas vulneráveis), forneçam seus pontos de vista e opiniões. Para grupos de mulheres e meninas, será garantido que esses grupos sejam facilitados por mulheres, a fim de proporcionar um ambiente seguro para um envolvimento significativo. Este tipo de reuniões, envolve grupos cuja dimensão pode variar entre 6 a 12 de pessoas. Este método permite ao facilitador investigar problemas emergentes do grupo alvo.	Grupos vulneráveis nomeadamente, raparigas grávidas em risco de desistir, jovens mães que desistiram ou em risco, adolescentes rapazes em risco de desistir, adolescentes com necessidades especiais Maridos/parceiros das raparigas grávidas/mães Pais e encarregados de educação Entidades religiosas
Reuniões públicas	Estas reuniões permitem apresentar informações do projeto a um grande grupo de partes interessadas e permitem que o grupo forneça os seus pontos de vista e opiniões. Assim, é possível construir um relacionamento com as comunidades, especialmente aquelas afectadas e distribuir informações não técnicas. Essas reuniões também devem abranger informações relevantes sobre os Códigos de Conduta e o MRR, para que o público e a comunidade estejam cientes de comportamentos inaceitáveis e como relatá-los. Mensagens relacionadas aos tópicos acima não devem ser comunicadas até que os códigos de conduta sejam lançados e assinados, que o MRR esteja em vigor e que haja um sistema de referência para serviços sobre VBG.	ONGs, Organizações da Sociedade Civil (OSC), Comunidade educativa
Consultas com as comunidades	Essas consultas são focadas para identificar e discutir as preocupações das partes interessadas e divulgar as informações do projeto. Tais consultas devem, sempre que possível, fazer uso de intérpretes e tradução para os idiomas locais, a fim de alcançar uma ampla gama de grupos e indivíduos dentro das	Comunidades, beneficiários directos

	comunidades. A participação de homens e mulheres deve ser incentivada. Para grupos de mulheres e meninas, será garantido que esses grupos sejam facilitados por mulheres, a fim de proporcionar um ambiente seguro para um envolvimento significativo.	
Workshops	Discussões em grupo, estruturadas e organizadas para resolver problemas e identificar caminhos a seguir. Este método é útil, na medida em que pretende reunir diferentes grupos de stakeholders, requer facilitadores experientes e explicações cuidadosas para os participantes.	Governo central, Governo Regional e Poder Local ONGs e Organizações da Sociedade Civil, Comunidade Educativa

4.3. Plano de engajamento das partes interessadas

O quadro abaixo descreve os procedimentos/métodos, as fases adotadas, as questões norteadoras e as entidades responsáveis pelo envolvimento das Partes Afetadas e Outras Partes interessadas na fase de concepção e implementação do projeto.

Tabela 7: Estratégia para consulta das Partes Interessadas

Fase	Questões norteadoras	Método Usado	Local e Data	Partes Afetadas	Entidade Responsável
Preparação do Projeto	<p>Consulta Pública em São Tomé Apresentação dos objetivos e as atividades do projeto, identificação dos potenciais riscos ambientais, sociais e de VBG, feedback das partes afetadas como interessadas, apresentação do Mecanismo de resoluções das reclamações/sugestões e a assinatura do código de conduta.</p>	<p>Workshop para envolvimento das Partes Afetadas e Interessadas Envio de convite para estarem presente através do Diretor de Gabinete da Senhora Ministra</p>	<p>Biblioteca Nacional 11/07/2024</p>	<p>1.Gabinete da Ministra, 2.Direcção Administrativa e Financeira; 3.Direcção Geral do Plan Inov. Educativa; 4.DEB 5.DAE 6.PNASE 7.DEJA 8.D. Ensino Superior 9.D. Ensino Básico 10.Biblioteca Nac. 11.Arquivo Histórico 12.Casa Cultura 13.Museu Nacional, 14.Inspecção Geral da Educação 15.Pré-Escolar, 16.SINAPRO 17.SIPEB 18.SINPROF 19.SINPRESTP 20. Associação dos pais e encarregado de Educação 21. Associação dos Alunos</p>	<p>Salvaguarda Ambiental e Social, Salvaguarda Social para VBG-AFAP</p>
	<p>Consulta Pública na RAP Apresentação dos objetivos do projeto, das atividades, dos potenciais riscos ambientais, sociais e de VBG, feedback das partes afetadas como</p>	<p>Workshop para envolvimento e informação das Partes Afetadas e Outras Partes Interessadas</p>	<p>Centro de Formação Protásio Pina 19/07/2024</p>	<p>Representantes do setor de Educação Representantes do EMAE</p>	<p>Salvaguarda Ambiental e Social, Salvaguarda Social para VBG-AFAP</p>

	interessadas, apresentação do mecanismo de resoluções das reclamações/sugestões e a assinatura do código de conduta.				
Implementação do projeto	Divulgação dos Instrumentos Ambientais e Sociais do Projeto	Website da AFAF	Início da Fase de Implementação	As partes afetadas e interessadas identificadas,	Salvaguarda Ambiental e Social, Salvaguarda Social para VBG-AFAP
	Apresentação do projeto e receber feedback sobre as atividades do projeto, potenciais riscos ambientais e sociais e sobre o MRR	Periodicamente, através de Reuniões virtuais e presenciais, correspondência por telefone, e-mail, discussões em mesas redondas.	De Agosto de 2024 a Janeiro 2026	As partes afetadas e interessadas identificadas, incluída a comunidade escolar	Salvaguarda Ambiental e Social, Salvaguarda Social para VBG-AFAP
	Códigos de conduta	Reuniões e Grupos Focais	Início da fase de implementação	Comunidade escolar (diretores, professores, representantes dos pais e mães)	Salvaguarda Social para VBG-AFAP

As informações serão divulgadas da seguinte forma: O PEPI e outros documentos ambientais e sociais relevantes do projeto (como o Plano de Compromisso Ambiental e Social), serão publicados no site da AFAP (<https://afap.website>), assim com os documentos relevantes do projeto e o Mecanismo de Resolução de Reclamações Ainda, serão elaboradas brochuras em português e serão passados anúncios nas rádios locais e outros meios de comunicação social.

4.4. Estratégia proposta para incorporar os pontos de vista dos grupos vulneráveis

O projeto procurará obter os pontos de vista dos Grupos vulneráveis identificados acima e implementará os métodos ou estratégias adaptados para uma plena inclusão.

Tabela 8: Grupos vulneráveis

Grupos Vulneráveis	Possíveis dificuldades de acesso às informações ou outro benefício do projeto
Professoras, alunas grávidas, pessoas portadoras de necessidades especiais, mães, chefe de família	<ul style="list-style-type: none"> ○ Organização de Grupos Focais específicos para fomentar a sua participação ○ Uso de linguagem simples e adaptado ○ projecto usará diferentes formas de comunicação, incluindo associações ou organizações de mulheres (caso existam), para se conseguir formar grupos femininos. ○ projecto usará várias medidas, incluindo sensibilização, empoderamento da comunidade e prestação de serviços de aconselhamento para abordar as questões de género na educação, com recurso ao teatro, dança com dramatização dos temas a sensibilizar.
Idosos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Organização de Grupos Focais específicos para fomentar a sua participação. ○ Uso de linguagem simples e adaptado.

4.5. Feedback às Partes Interessadas

A AFAP, através dos canais de comunicação existentes (<https://afap.website>), irão informar as PIAs, mostrando como as suas contribuições e preocupações foram abordadas, bem como explicarão as razões da não inclusão. As PIAs devem estar informadas de que, em caso de insatisfação, podem usar o Mecanismo de Resolução de Reclamações do Projeto (para apresentar queixas relacionadas aos impactos ou, em relação ao processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projeto).

Serão elaborados relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projeto e a implementação do plano de envolvimento das Partes Interessadas.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Recursos

O orçamento para o PEPI é de 30.635,00 USD,00 constituindo parte integrante das atividades da componente 3 do Projeto.

Tabela 9: Quadro orçamental para implementação do PEPI

Rúbricas	Quantidade	Custos Unitários USD	Vezes	Custos Totais USD
1. Consultas/ Planeamento participativo, reuniões de tomada de decisões				
1a. Lançamento Oficial do Projeto	1	600	1	600
1b. Organização de Workshops e grupos de discussões	3	500	3	1.500
2. Campanhas de comunicação				
2a. Cartazes, folhetos	300	2,50	1	750
2b. Campanhas nas redes sociais e TVS e Radio	1	250	2	500
3. Deslocações à RAP				
3ª. Passagem	3	305	3	2.745
3b. Per diem	3	120	3	4.140
4. Mecanismo de Resolução de Reclamações e campanhas sobre VBG				
4a. Identificação e Formação dos Pontos Focais e informação e sensibilização sobre VBG	4	600	4	2.400
Técnicos de Suporte	2	750/mês	12mês	18.000
Total				30,635

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

A implementação do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão. A UCP será considerada responsável pela implementação do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas para o Projeto.

Na equipa da UCP, o Especialista Ambiental e Social e Especialista Social para VBG, ambos contratados pelo projeto, serão responsáveis pelas atividades para o envolvimento das partes interessadas e afetadas com a supervisão do Diretor da AFAP. Todas as atividades serão documentadas através de atas da reunião, fotografias e listas de presença, que serão custodiadas no âmbito da componente 3 do projeto. Serão elaborador relatórios trimestrais.

6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

O Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) faz parte dos instrumentos sugeridos no Quadro Ambiental e Social (QAS) do Banco Mundial para prevenir e mitigar os riscos ambientais e sociais. O objetivo do MRR é oferecer um canal de comunicação acessível entre a execução do projeto e as partes interessadas – tanto os beneficiários diretos do projeto como os que não são – para apresentar eventuais reclamações relacionadas com as atividades do projeto e também sugestões e pedido de informações. O mecanismo deve ser transparente, fiável, confidencial, acessível, sério e responsável para que as partes interessadas (PI) possam encontrar soluções mais apropriadas relacionadas com as suas reclamações de forma segura, rápida e eficiente.

6.1. Descrição do Mecanismo de Gestão de Reclamações

No âmbito do SAFER, o MRR será implementado e gerido pela UCP, sobretudo, através do Especialista em Salvaguardas Ambiental e Social a especialista em VBG, os técnicos de suporte a serem contratados e com os pontos focais a serem identificados e treinados nas instituições afetadas pelo projeto, que trabalharão em estreita colaboração com os consultores Sociais do BM e em coordenação o Diretor Geral da AFAP. O MRR terá que dar uma atenção específica as reclamações relacionadas com Violência Baseada no Género/Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (VBG/EAS/AS). Este Mecanismo terá como base o MRR do projeto PEREQT, que já está plenamente funcional e será adaptado para o presente projeto.

Para prevenir o surgimento e/ou exacerbação de possíveis situações de conflitos, desentendimento, no decorrer da implementação do projeto, o MRR a ser implementado possibilitará que as pessoas sejam ouvidas, as suas reclamações acolhidas, analisadas e tratada de forma adequada e célere.

O Mecanismos terá protocolos específicos para os casos de VBG que será acessível e seguro para as vítimas relatarem casos de VBG, e isso inclui aspectos centrados na vítima, garantindo relatórios confidenciais de casos de VBG e resposta ética aos casos. As comunidades devem saber como denunciar as queixas de VBG, e o MRR deve obter feedback das mulheres sobre canais de relatórios eficazes e seguros.

Quem pode apresentar uma reclamação?

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas que tenha(m) alguma relação com o projeto ou se veja afetada pelas atividades do projeto e que por meio desta, poderá apresentar uma questão, sugestão, queixa ou reclamação.

Como apresentar uma reclamação?

As reclamações podem ser apresentadas em formato de escrita, tanto por formulário específico ou não, colocadas dentro da caixa de reclamação¹ disponível nas instituições e locais a identificar, de forma verbal ou escrita aos membros dos comités de gestão de

¹ No decorrer da implementação vai ser analisado a necessidade e funcionalidade de uma caixa de reclamações de acordo com experiência de outros projetos.

reclamação que poderá ser criada. Outros canais ou portas de entrada para as reclamações podem ser:

- Encontros e reuniões nas instituições;
- Presencialmente – os pontos focais (PFs);
- Verbal através de terceiros;
- Via telefónica, linha verde criada na AFAP (800 10 20)

Os especialistas Ambientais e Social e de VBG do projeto comunicará diretamente com o Reclamante, conforme necessário e apropriado e manterá informado sobre a situação da reclamação.

Tabela 10: Responsabilidade na aplicação dos Passos

Passos	PROCEDIMENTO	AÇÕES E RESPONSABILIDADE
1º Passo	Quem pode apresentar as reclamações Onde apresentar as reclamações, questões ou sugestões	Submeter as reclamações através de correio eletrónico, formulários, encontros com as comunidades escolares, presencialmente e via telefónica
2º Passo	Registo e Categorização	<i>Categorizar as reclamações como sendo procedentes ou não procedentes</i> – Todas as reclamações procedentes devem ser classificadas em: Ambiental, Social, Desempenho dos Projectos, VBG.
3º Passo	Confirmação da recepção	Fornecer ao denunciante um comprovativo da recepção e do registo do caso, num período de 3 a 5 dias úteis.
4º Passo	Verificação, investigação	Análise e a resolução junto ao denunciante e outras partes envolvidas.
4º Passo Níveis de resolução	Nível 1: Local	Ouvir, discutir e potencialmente resolver uma reclamação com ou sem suporte da UGP
	Nível 2: Central	Tratamento de reclamações
	Comunicação da resposta ao denunciante	A equipa de Salvaguarda A&S da UCP é responsável por comunicar atempadamente e por escrito a resposta proposta ao denunciante,
5º Passo	Implementação das acções acordadas	A solução deve ser implementada pela Equipa de ESAS no prazo de trinta dias (um mês) .
6º Passo	Rever a resposta se não for bem-sucedida	Rever a resposta com o denunciante e explorar a possibilidade de uma modificação nessa resposta que possa atender às suas preocupações.
7º Passo	Encerramento da reclamação	O passo final é encerrar a reclamação. Caso a resposta seja satisfatória, equipa de Salvaguardas da UCP deve documentar a resolução satisfatória em consulta com o denunciante.

Se tivermos perante uma queixa/reclamação em que não foi possível resolver através dos níveis internos passaremos a optar pelos níveis externos (sistema judicial e GRS do Banco Mundial).

As comunidades e os indivíduos que se considerem negativamente afectados por um projecto apoiado pelo Banco Mundial podem fazer recurso aos mecanismos de reclamação existentes a nível do projecto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS, *pelas suas siglas em inglês*) do Banco. O GRS assegura que as reclamações recebidas são prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projecto. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem também apresentar as suas reclamações ao Mecanismo de Responsabilização (AM, *pelas suas siglas em inglês*) independente do Banco. O AM alberga o Painel de Inspeção, que determina se ocorreram, ou poderão ocorrer, danos em resultado do não cumprimento pelo Banco das suas políticas e procedimentos, e o Serviço de Resolução de Litígios, que dá às comunidades e aos mutuários a oportunidade de tratar das reclamações através da resolução de litígios. As reclamações podem ser apresentadas ao AM em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas directamente ao conhecimento da Administração do Banco e depois de a Administração ter tido a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como apresentar queixas ao Serviço de Resolução de Reclamações do Banco (GRS), visite <http://www.worldbank.org/GRS>.

Para informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Responsabilização do Banco, visite <https://accountability.worldbank.org>

No decorrer da implementação do SAFER vai ser desenvolvido o Manual do Mecanismos de Resoluções das Reclamações em todas as etapas e os canais de recepção das reclamações estarão devidamente pormenorizadas (Veja formulário de registo no Anexo II).

Protocolos específicos para os casos de VBG

O MRR terá protocolos específicos para os casos de VBG que será acessível e seguro para as vítimas relatarem casos de VBG, e isso inclui aspectos centrados na vítima, garantindo relatórios confidenciais de casos de VBG e resposta ética aos casos. As comunidades devem saber como denunciar as queixas de VBG, e o MRR deve obter feedback das mulheres sobre canais de relatórios eficazes e seguros.

Será realizado um mapeamento em nível de projeto dos serviços VGB disponíveis, parceiros locais, fontes de suporte e caminhos de referência. O exercício de mapeamento deve localizar e fornecer informações sobre os recursos comunitários disponíveis, como organizações ou líderes comunitários ou locais, incluindo grupos que defendem os direitos da criança, grupos de mulheres, organizações lideradas por crianças e jovens, principais influenciadores e líderes aceites, confiáveis e conhecidos pela comunidade. Tais organizações e indivíduos podem ser identificados em vários níveis: formal (por exemplo, ONGs, professores, profissionais de saúde, polícia); semiformal (por exemplo, grupos comunitários locais, líderes comunitários) ou informal (idosos, outros influenciadores). Cada um pode servir como fonte de informação ou como centro de divulgação de informações, bem como fonte de apoio para fornecer serviços oportunos aos sobreviventes de violência. Os resultados do mapeamento moldarão o protocolo de resposta VGB focado na vítima, incluindo informações sobre referências a serviços VGB.

7. MONITORIA E RELATÓRIOS

7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada

A implementação do PEPI será monitorada a partir de relatórios trimestrais, elaborados pela equipa de especialistas ambientais e sociais do Projeto, que reportam o nível de cumprimento das Normas Ambientais e Sociais e os respectivos instrumentos, com um enfoque particular no PEPI.

Tabela 11: Indicadores de monitorização das actividades

Actividades PEPI	Indicadores de monitorização
Divulgação de informação	<ul style="list-style-type: none">✓ Tempo dispendido (em dias) pela equipa para divulgação de informação;✓ Orçamento dispendido em actividades de divulgação de informação;✓ N° de utentes que aderiram ao site da AFAP✓ N° e/ou percentagem de acesso por tipologia de documentos disponíveis para consulta.
Realização de consultas	<ul style="list-style-type: none">✓ Tempo dispendido (em dias) pela equipa para consultas;✓ Orçamento dispendido em actividades de consulta;✓ N° de consultas realizadas;✓ N° e percentagem de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros, conforme aplicável);✓ Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (n° total, desagregado por género e grupos vulneráveis).
Reporte às PI sobre as actividades de envolvimento	<ul style="list-style-type: none">✓ N° de eventos que pressupõem a participação das PI.
MRR	<ul style="list-style-type: none">✓ N° total de reclamações recebidas;✓ N° e percentagem de reclamações elegíveis e não elegíveis;✓ N° e percentagem de reclamações por categoria✓ N° e reclamações por estado de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em curso);✓ N° de reclamações resolvidas e encerradas dentro do prazo previsto;✓ Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento das reclamações e queixas;✓ Grau de satisfação (%) dos utentes que registaram reclamações e queixas.

7.2. Reportando-se aos grupos de partes interessadas

O PEPI será periodicamente revisado e atualizado conforme necessário durante a implementação do projeto. Relatórios trimestrais e relatórios internos sobre reclamações, consultas e incidentes relacionados, juntamente com o estado de implementação das ações corretivas/preventivas associadas, serão compilados pela equipe responsável e encaminhados à Coordenação do Projeto. Os relatórios trimestrais fornecerão um mecanismo para avaliar o número e a natureza das reclamações e solicitações de informações, juntamente com a capacidade do projeto de lidar com elas de maneira oportuna e eficaz.

As informações sobre as atividades realizadas pelo Projeto durante o ano podem ser transmitidas às partes interessadas de várias maneiras: sessões de divulgação, site da AFAP, e mails, redes sociais e outros.

<p align="center">Na RAP</p>	<p align="center">19/07/2024</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os tipos de necessidade especiais vão ser atendidas no ônibus escolares? 2. Os 24 ônibus atendidos pelo projeto incluem os da RAP? 3. Na identificação das necessidades para formular o projeto o setor da educação da RAP foi ouvida? 4. Os assessores que têm cargo político também vão ser pagos? 5. As ações do projeto de emergência no setor da EMAE estão alinhados com o projeto de energia em curso? 6. Quais as áreas vão ser terceirizadas? 	<ol style="list-style-type: none"> 1.R O levantamento conduzido pelo MECC identificou os portadores de necessidade físicas que neste primeiro momento vai ser atendida. 2.R Todos os ônibus escolares de São Tomé e Príncipe serão atendidos. 3.R Vamos informar e na próxima consulta Pública informaremos. 4. R Se o salário dos assessores sai do Tesouro, acreditamos que será coberto sim. 5.R Vamos informar e na próxima consulta Pública informaremos. 6.R Vamos informar e na próxima consulta Pública informaremos. 	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Inspeção da Educação 2. Ensino Pré-Escolar 3. Direcção Pré Escolar 4. Centro Protasio Pina 5. Dir. Geral de Educação 6. Dir. Reg. Secundário 7. Dir. Reg.Básico 8. Associação dos pais e Encarregado de Educação 9. Associação dos alunos 10. EMAE 				

***As fotografias e listas de presença estão nos arquivos da UCP, para consulta em caso de auditorias e supervisão, mas não publicadas por política de protecção de dados.**

ANEXO II: FORMULÁRIO DE REGISTO DE QUEIXAS/RECLAMAÇÕES

FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÃO	
Nome do Denunciante:	Opcional
Nº de Telefone:	Género <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
Outro meio de contacto:	Idade:
Escola/Comunidade:	
Zona:	Distrito:
Categoria do(a) denunciante: <input type="checkbox"/> Pessoa afectada; <input type="checkbox"/> Intermediário da pessoa afectada; <input type="checkbox"/> Instituição local <input type="checkbox"/> outro (especifique)	
Data de registo da denúncia: Dia _____ /Mês _____ /Ano _____ <input type="checkbox"/>	
Reclamações relacionadas com as Actividades geral do Projecto <input type="checkbox"/>	
Reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS <input type="checkbox"/>	
Descrição da Reclamação (data e local da ocorrência, ocorrência, partes envolvidas e danos causados) - Anexar qualquer documento relacionado, se houver:	

Assinatura do Denunciante (Opcional)

Nome do Ponto Focal que recebeu a reclamação:

Contactos do Ponto Focal que recebeu a reclamação: _____

Data de Resolução da Reclamação: ____ / ____ / ____

Assinatura do denunciante aceitando a solução da reclamação
